

Os comendadores de Távora do século XIII: notícias e aspetos sociológicos

The commanders of Távora over the 13th century: references and sociological aspects

Ricardo Barbosa da Silva¹

Resumo: Este estudo pretende sintetizar os dados que encontrámos em relação aos comendadores que regeram a comenda hospitalária de Távora ao longo do século XIII. Apesar das lacunas e da aparente falta de consistência dos dados recolhidos, tentaremos realçar, na medida do possível, aspetos não só relacionados com sua a ação política e administrativa, mas também com a sua proveniência social, interpretando-os de forma articulada. Deste modo, ao longo de todo o texto, a inserção desta comenda numa área sujeita à tutela da diocese galega de Tui, onde a implantação senhorial era forte e o poder municipal incipiente e pouco expressivo, nunca pode ser esquecida. Só assim podemos entender melhor as raízes aristocráticas dos comendadores de Távora ou, na falta delas, a sua a ligação com a Nobreza, bem como o contexto em que decorre a sua ação.

Palavras-chave: comendadores de Távora; Ordem do Hospital; século XIII; aspetos sociológicos

Abstract: The goal of this paper is to put together the informations we had found about the hospitaller commanders of Távora (North of Portugal) during the 13th century. In spite of some gaps and the inconsistency of the *data*, we will try to bring to light some aspects related to the political and administrative role of those individuals and something about their social origins, interpreting them in an integrate point of view. In order to understand better the aristocratic origins of its commanders or their relationship with the Nobility, and even the Crown, as well as the context of their action, we cannot forget some important aspects. After all, Távora was integrated in an area, where aristocracy was becoming even more influent and, in opposition, the municipal power was still weak and was taking the first steps. Furthermore, the entire region was under the jurisdiction of the Spanish bishopric of Tui.

Keywords: commanders of Távora; Hospitaller Knights; 13th century; sociological aspects

1. Os comendadores: notícias e âmbito cronológico

Desconhece-se com exatidão o momento em que a Ordem do Hospital decidiu criar nova comenda no que é hoje a freguesia de Santa Maria de Távora². Outras informações inerentes a este processo são igualmente ignoradas. Todavia, cremos que durante o reinado de D. Sancho II esta célula administrativa, se não estava já devidamente estruturada e estabelecida, estaria, certamente, em vias de o ser³. Assim sendo, para o século XIII, apenas conseguimos detetar o nome de três dos seus comendadores.

Rui Martins é aquele de quem possuímos notícia mais recuada. Se ele foi o primeiro a exercer este cargo, não o podemos afirmar com total segurança, se bem que, face ao que ficou dito acima, é provável que o tenha sido. A sua atividade é perceptível, pelo menos, em dois períodos: 1250-1251, quando deparamos na documentação régia de D. Afonso III com «Rodericus Martini comendator de Távora» e entre 1258-1261, quando confirma, simplesmente como «comendator», os forais dados pelo mesmo monarca às vilas alto-minhotas de Melgaço e Monção⁴.

Visto que os ditos forais foram passados, respetivamente, em Braga e Guimarães, remetendo para a região sob a qual incidia a influência da comenda de Távora, o mais certo é que Rui Martins continuasse no cargo correspondente⁵. Ou então, tendo em conta que terá sido também comendador de Chavão, em data que não pudemos apurar⁶, confirmaria os ditos atos escritos devido a uma influência que detivera outrora na região. Este raciocínio é admissível, pois: «Até finais do século XIV, pelo menos, a rotação dos freires por várias comendas era um fenómeno frequente e a maior parte dos mandatos de comendador tinha uma duração limitada, em regra inferior a três, ou a cinco anos» (Oliveira, 2013: 75). Em face destas palavras, é possível que Rui Martins estivesse encarregado de Távora em meados de Duzentos, tendo mais tarde assumido a comenda de Chavão.

Em alternativa, será possível que por estes anos acumulasse as ditas comendas de Távora e de Chavão, motivo pelo qual surge, singelamente, a designação 'abreviada' de «comendator». Cremos que esta última hipótese é a mais verosímil. Pendendo em seu favor citemos um sumário que consta do *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, onde se lê: «En como Roi Martinz comendador de Távora e de Chavam deu a foro hũa herdade em Digui(?)»⁷. Afinal, a acumulação de comendas tornou-se mais usual durante o século a que este estudo se cinge, pelo menos no que a Leão e Castela diz respeito (Barquero Goñi, 2013: 63), não ficando Portugal, certamente, à margem deste fenómeno⁸.

Num importante escambo entre D. Afonso III e o «Spytal de Távora», datado de 1269, não se faz qualquer alusão à figura do comendador (Andrade; Krus, 2000, doc. 53: 152-154). Alguns anos antes, o Rei, com o intuito de criar a vila de Viana, inserida na área de influência do dito «Spytal [leia-se, comenda] de Távora», expropriara os hospitalários de alguns bens sitos na foz do Lima. Assim sendo, o mencionado documento, mais que um escambo, é um ato de ressarcimento, através do qual se procura compensar a Ordem com

2 Este estudo segue a divisão por freguesias anterior à reforma de 2013-2014.

3 Veja-se Silva, 2017.

4 Ventura; Oliveira, 2006, II, doc. 466: 63-64 (fev. de 1250 – Faro: «Rodericus Martini comendator de Távora»); I, doc. 19: 30-32 (24/01/1251 – Guimarães: «Rodericus Martini comendator de Távora»). Reis, 1998: 123-128 (29/04/1258 – Braga: «Domnus Rodericus Martini Comendator test.») e Domingues, 2014: 64 (12/03/1261: «Domnus Rodericus Martini comendator test.»).

5 O mesmo infere Domingues, 2014: 64: «Na sua qualidade de comendador – certamente de Távora – surge a confirmar o foral de Monção, outorgado por Afonso III em Guimarães...».

6 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 64 (Chavão), 1.ª coluna, n.º II.

7 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 64 (Chavão), 1.ª coluna, n.º II.

8 Além do mais, de Chavão (Barcelos) a Távora (Arcos de Valdevez) a distância não é assim tão difícil de praticar, e muito menos o seria para o homem medieval, itinerante por natureza. Esta acumulação de comendas, insere-se assim, numa «tendência de concentração em um ou dois núcleos de património confiado a um mesmo comendador, sendo raros os casos de dispersão acentuada» (Costa, 2009: 22).

propriedade régia. Talvez, por isso, não fosse necessário qualquer confirmação da parte do comendador⁹. Quem sabe até, devido a uma ausência do mesmo ou porque a comenda estava em período de vacância.

Cada uma destas suposições detém legitimidade. Note-se que o documento que acabamos de introduzir é 'mandado' por D. João Peres de Aboim e pelo chanceler Estêvão Anes, entre outros (Andrade; Krus, 2000, doc. 53: 152-154). De entre eles, sobressai «fratrem Alfonssum Fariam», isto é, Afonso Peres Farinha que, à época, era prior do Hospital (1260-1276) (Pizarro, 1997, II: 1068-1069). Este, enquanto prior poderia ter por incumbência a gestão das comendas vacantes (certamente através de seus delegados), bem como aquelas em que o seu responsável estava ausente, além das que ele próprio dirigia¹⁰. Além disso, a última notícia acerca de Rui Martins data de oito anos antes deste ato régio, não sendo de descurar, entretanto, o seu falecimento.

Ainda assim, qualquer que seja a realidade, ignoramos por completo o momento em que Rui Martins deixou de ter a comenda de Távora a seu cargo, bem como aquele em que assumira tais funções.

Anos mais tarde, mais propriamente entre 1280 e 1286, à frente da comenda em análise, encontramos Gonçalo Pires de Pereira (Barquero Goñi, 2013: 64). Se este sucedeu ao anterior, é uma incógnita, embora fosse seu contemporâneo. Com efeito, em 1245, Gonçalo Pires tem a seu cargo a comenda de Castronuño; em 1250, a de Puente de Órbigo¹¹ e talvez a de Bamba em 1251¹².

Este périplo por terras das Coroas de Leão (Puente de Órbigo) e Castela (Castronuño) (Barquero Goñi, 2013: 66) talvez se possa enquadrar na crise que dividiu a nobreza aquando da guerra civil que opôs o futuro D. Afonso III ao *Capelo*. Devido ao desenvolvimento do conflito em favor do Bolonhês, tanto Pero Pires como Martim Pires – irmãos do comendador em apreço – rumaram em direção a Castela. O primeiro deles, aliás, «fez parte do séquito de D. Sancho II e das conquistas andaluzas de Fernando III, sendo beneficiado pelo repartimento de Sevilha em 1253» (Ferreira, 2016: 553-554). Contudo, não podemos deixar de admitir, ainda, que Gonçalo Pires tivesse cruzado a raia num período anterior. Como mera hipótese, note-se que Gonçalo Pires poderia ter optado por prestar serviços no reino vizinho, onde uma prima de seu pai – Maria Gonçalves da Palmeira – casara dentro de uma poderosa linhagem – os Castro, à época, deveras influentes em Castela e Leão¹³. Posto isto, bem podemos recordar que, de algum modo, mormente quando comparados com os seus antepassados diretos, «os Pereira atravessaram o séc. XIII na penumbra» (Pizarro, 1997, II: 857).

9 Ainda assim, a escolha dos bens a ser entregues aos hospitalários, há-de ter sido combinada com antecedência com o comendador ou outra entidade competente. Já que o rei os espoliara de determinados bens, ao menos haviam de poder escolher que bens de semelhante valor lhes fossem entregues, e claro está, o local que mais lhes aprovesse. Neste caso em particular, os bens doados situam-se algures nas freguesias de S. Vicente e Sta. Maria de Távora, onde estava a sede da comenda homónima.

10 Pizarro, 1997, II: 1068/69. Em 1260 dá «Villa Verde» a D. João Peres de Aboim (Leal, 1873: 14-15). Mais tarde, em data incógnita, D. João retribuiu, doando bens em Ponte de Lima e Valença (TT – *Livro dos herdamentos...*, item 65, I e II). Ambas as doações constituem, assim, um escambo (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 297). A ingerência (aparente) de Afonso Peres na administração de bens sob alçada de várias comendas, sem se lhe atribuir o cargo de comendador delas, vem realçar as hipóteses que expusemos.

11 No caso de Castronuño, a ocupação do cargo era posterior a 1242, pois nesta data, Fernando Rodríguez surge à frente desta comenda (Barquero Goñi, 2013: 64, 67-68). Quanto a Puente de Órbigo, a situação era bem mais recente, já que, em maio de 1248, era seu comendador Nuno Peres. Seja como for, Gonçalo Peres Pereira aparece documentado no mesmo cargo a 23/06/1250 e em janeiro de 1253, vindo 'substituído' por um outro indivíduo em maio de 1253 (Josserand, 1999: 174).

12 Num documento datado deste ano surge «Gunsalvío Pérez, comendador Bamba». Poderá corresponder a Gonçalo Pires de Pereira? (García Tato, 2004, doc. 77: 176-177). Bamba ou Wamba era uma comenda castelhana (Barquero Goñi, 2013: 66).

13 Além deste casamento, esta senhora manteve uma relação de barregania com Afonso Pires Gato. Este em conjunto com Fernão Pires *Tinhoso* – seu irmão – faria parte do grupo nobiliárquico descontente que se refugiou em Leão ainda durante o reinado de D. Afonso II (Ferreira, 2016: 343-345, 552, notas incluídas).

Quer tenha acompanhado, ou não, seus irmãos pelas razões apresentadas, o que mais importa é que a sua carreira no seio da Ordem de São João de Jerusalém não ficaria por aqui. Certamente devido aos seus bons serviços e influência, Gonçalo Pires «ascendeu ao cargo de grão comendador de Espanha entre os anos de 1264 e 1271 para acabar a sua carreira como comendador» de Távora nas datas acima indicadas (1280-1286) e, em simultâneo, de Límia, Faia e Toronho (Barquero Goñi, 2013: 67-68). Este acumular de comendas, nas palavras de Carlos Barquero Goñi «talvez possa ser interpretado como uma confortável *reforma*» correspondente ao cargo que antes exercera (Barquero Goñi, 2013: 64).

Antes de prosseguir, não podemos deixar de realçar um ponto que, a nosso ver, é curiosíssimo. É que, se a comenda de Toronho abarcava, sensivelmente, a parte galega da diocese transfronteiriça de Tui, Távora abrangia a parte portuguesa e Límia constituiria uma espécie de prolongamento natural destas duas para oriente¹⁴. Quanto ao território adstrito à comenda da Faia, este deveria corresponder àquele das Terras de Basto, em torno da igreja de São Tiago da Faia (Cabeceiras de Basto), que era pertença do Hospital¹⁵, quiçá prolongando-se até à fronteira luso-galega, pois não se conhece estrutura semelhante entre a Faia e as terras barrosãs¹⁶. Assim cremos que sucedesse, apesar de a historiografia do país vizinho julgar que a comenda da Faia corresponda a uma localidade espanhola¹⁷. Para adensar todo este avolumar de cargos, note-se que, em data indeterminada, Gonçalo Pires foi ainda comendador de Panóias¹⁸. Ora, se inserirmos num mapa as comendas que acabámos de enumerar, e os territórios sobre os quais exerceriam a sua influência, podemos ver que formam um espaço praticamente contínuo, já que a comenda de Panóias deveria estar situada algures na Terra homónima, a qual limitava com as Terras de Basto, mais concretamente, com Celorico¹⁹.

Todos estes elementos, a nosso ver, devem estar relacionados com a proximidade de todos estes territórios às terras em torno da metrópole bracarense e vale do Ave, área originária da linhagem dos Pereira²⁰.

Deste modo, Gonçalo Pires parece preconizar o regresso dos Pereira a Portugal, mantendo *um pé* do outro lado da fronteira, reminiscência da sua carreira 'internacional' e da sua 'herança' familiar. De facto, sua bisavó paterna – Fruilhe Afonso de Celanova – e seu bisavô materno – Pero Aires de Valadares – seriam, além de primos direitos, descendentes do conde Vasco de Celanova e da condessa Gontrode Nunes²¹. Aparentados com altas estirpes como os Sousa, os de Ribadouro, os da Maia²², entre outros, o

14 García Tato; Álvarez Álvarez, 2010: 62-63: «El territorio de Torño ocupaba la parte sur de la actual provincia de Pontevedra y la occidental de la de Ourense; Límia designará el territorio meridional y central de la actual provincia de Ourense... La Faya estaba en las Arribes del Duero, en la actual provincia de Salamanca... lindando con Portugal; y Távora o Tabora, se trata de una encomienda integrante del Priorato de Portugal». Ver também Ferreira, 2016: 32.

15 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 662: «interrogatus cujus est ipsa Ecclesia [da Faia], dixit quod est Hospitalis et Polumbeerii... Interrogatus quod casalia habentur in ipsa collationes, dixit quod xij. casalia, et sunt xxij. casalia Hospitalis et habuit ea de testamento».

16 Veja-se o mapa apresentado em Costa, 2013a: 73, onde de facto, entre a Faia (n.º 14) e a fronteira não existe nenhuma outra comenda. Além disso, existem vários documentos sumariados para esta comenda no *Livro dos herdamentos...*, itens 72-79.

17 Reveja-se a nota n.º 14, nomeadamente o trecho: «La Faya estaba situada en las Arribes del Duero, en la actual provincia de Salamanca... lindando con Portugal». O mesmo se refere em Barquero Goñi 2013: 66, onde se enquadra esta comenda na esfera galega.

18 Pizarro, 1997, II: 895. Curiosamente, na esfera civil, está documentado um «D. Rodrigo Rodrigues de Pereira, tenente de Panóias em 1211» (Oliveira, 1994: 424).

19 Ventura, 2006: 272 (mapa 2). Tenham-se em consideração os números 49, 37 e 38 que representam, respetivamente, as Terras de Panóias, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. Por conseguinte, vejamos também os números 5, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 que, *grossa moda*, corresponderiam à área adstrita à comenda de Távora.

20 A honra de Pereira estava situada em Esmeriz, Vila Nova de Famalicão (Ferreira, 2016: 551).

21 Segundo João Paulo Martins Ferreira, o pai de Pero Aires – Aires [Nunes] Calvo da Galiza – era irmão de Afonso Nunes de Celanova que, por sua vez, era pai de Fruilhe Afonso (Ferreira, 2016: 430 – nota 1811 incluída). Vejamos também as genealogias aí apresentadas em anexo, mais concretamente 2.2.2.1 (Celanova-Barbosa), 2.2.2.3 (Valadares-Sarraça-Pias) e 2.2.2.4 (Penela-Gravel-Gabere).

22 Pizarro, 1997, III, genealogia 4.7. Note-se que, de acordo com o que foi dito na nota anterior, Aires [Nunes] Calvo da Galiza está omissio.

certo é que tanto os de Celanova como os de Valadares nos remetem para a raia minhota, quer do lado português quer do lado galego. Além disso, note-se que o bisavô paterno, casado com a sobredita Fruílhe Afonso, era filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara, tio paterno Fernão Peres de Trava (Ferreira, 2016: 546-547), 'valido' da condessa-rainha Dona Teresa²³.

Seguindo esta linha de pensamento, é lícito intuir que a entrega destas comendas a Gonçalo Pires, porventura, fruto de uma petição do próprio, não deve ter sido tão aleatória quanto possa parecer. Afinal, na esfera civil e militar, quantos indivíduos cujas origens entroncam nos de Celanova não estiveram à frente das tenências de Límia e de Toronho²⁴?

Por fim, falta-nos aludir a Afonso Esteves da Teixeira, o último dos comendadores com que deparámos para a cronologia delineada. É através do *Livro Velho de Linhagens* que José Augusto de Sotto Mayor Pizarro nos informa de que Afonso Esteves, além de «freire hospitalário, foi também comendador de Távora e de Barrô» (Pizarro, 1997, II: 743). Apesar disto, não dispomos de qualquer informação provida de data que nos possibilite balizar cronologicamente o período em que exerceu os cargos mencionados. No entanto, visto ser aparentado com o comendador anterior (Gonçalo Pires Pereira), tudo leva a crer que possamos situar a sua ação por finais do século XIII ou inícios do seguinte.

Em abono desta convicção, ainda que frágil, acrescenta-se que duas irmãs deste personagem ingressaram no mosteiro de Arouca, seguindo uma verdadeira «tradição de família», também partilhada por outros parentes, nomeadamente os Pereira. Uma delas – Maria Esteves da Teixeira – documentada como monja entre 1281 e 1294 e priora em 1300, chegará a ser abadessa (1303-1315), enquanto Leonor Esteves surge como monja entre 1295 e 1317²⁵.

Outro indício que parece sugerir a nossa hipótese prende-se com uma doação que o comendador em análise fez à sua Ordem. Assim, no *Livro dos herdamentos de Leça*, é-nos apresentada uma entrada cujo teor é o seguinte: «Doaçom em como Afonso Estevez da Teyxeira deu ao spital herdades que avia em Buiral [ou Burreal] de Limha e em na vila de Ponte e em seu termho e em Vila Mayor no julgado da Feira terra de Santa Maria»²⁶.

Como vemos, Afonso Esteves doa diversos bens, dos quais grande parte havia herdado, certamente, por via materna. Sua mãe – Urraca Fernandes de Louredo – chegou a possuir, efetivamente, bens pessoais na região limiana. Como prova tomemos novamente a fonte documental acima nomeada, em concreto, esta referência: «Escamboh antre abadessa (sic) e convento do mosteiro d'Arouca com Orraca Fernandiz do qual acaeceu a Orraca Fernandiz herdade que he en termho de Penela e do Borralhal (sic, por Burreal, isto é, Beiral) e os direitos das igrejas desses lugares»²⁷.

23 Aliás, a própria Fruílhe Afonso era sobrinha da infanta Sancha Henriques, irmã de D. Afonso I, por via do seu casamento com seu tio – Sancho Nunes de Celanova (Pizarro, 1997, III, genealogia 4.7).

24 Para nomear alguns consulte-se Ferreira, 2016: 41. De entre os vários personagens aí citados, destaquem-se Gomes Nunes de Pombeiro, Fernão Anes de Montor, Paio Curvo de Toronho, mas também João Fernandes de Lima I, entre outros, sem esquecer Rodrigo Froilaz de Trava, de onde procede, em última instância, a própria linhagem dos Pereira. Ao longo do seu trabalho, o autor dá conta de diversos aspetos respeitantes a estes indivíduos.

25 Rêpas, 2003: 55 (árvore genealógica dos Pereira com os membros que ingressaram no convento); 176-177 (referente a Fruílhe Anes Redonda – filha de Maior Peres Pereira – que «seguiu a tradição de família que consistia em conduzir para o mosteiro de Arouca os elementos excedentários femininos»); 190-192 e 210-12, referentes a Leonor Esteves e Maria Esteves da Teixeira, respetivamente.

26 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 35 (Leça), 2.ª coluna, n.º LXXXIII.

27 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 50 (Leça), 1.ª coluna, n.º XXXVIII (sic).

Numa outra coletânea – o *Cartulário de D. Maior Martins* procedente do cenóbio cisterciense citado – esta informação é corroborada. Contudo, o mais importante é a datação temporal do ato em si – 25 de fevereiro de 1264 – e a identificação clara da dita «Orraca Fernandiz» com Urraca Fernandes de Louredo, visto que o escambo é feito com o consentimento de Estêvão Hermiges da Teixeira, seu marido²⁸.

Com vista a aprofundar um pouco os meandros deste 'negócio', percorremos os relatos colhidos na Terra de Penela inseridos nas Inquirições de 1220 e 1258, no intuito de aclarar que bens passaram do mosteiro arouquense para a posse dos progenitores de Afonso Esteves. Desta feita, verifica-se que a propriedade do mosteiro em 1220, apesar de dois casais assinalados em Santo Tirso de Portela²⁹, centrava-se na freguesia de Beiral onde possuíam quatro casais e meio, além de uma presumível quintã e um número indeterminado de searas («Arouca iiii. casalia et medium, quintana et senarias»)³⁰. Volvidos trinta e oito anos, a situação não se altera muito, pois Arouca detém «v. casaes, que non fazem foro al Rey»³¹. Os casais em Santo Tirso são omitidos, porém, em vez disso, surge uma referência ao «cortinal do Casal d'Arouca» na freguesia de Santo André (ou seja, Santa Cruz do Lima)³².

Recapitulando, os bens envolvidos na permuta que vimos considerando orbitavam em torno de Beiral/Santa Cruz do Lima e de Santo Tirso de Portela. A este número considerável de bens («totas illas hereditates quas nos et nostrum monasterium habemus in termino de Penella et in termino de Burrial»), temos de aduzir ainda o direito de padroado sobre a igreja de Beiral e por certo as outras duas que acabamos de enumerar («et totam nostram partem quam habemus in ecclesia de Burrial et in aliis ecclesiis que sunt in predictis terminis») (Silva, 2001, doc. 83 (193): 196). Por tudo isto, e não sendo remetido ao Hospital bem algum na freguesia de Beiral nas inquirições de 1288³³ e sentenças respetivas, a doação de Afonso Esteves à Ordem em que professara deve ser posterior a esta data³⁴.

A juntar a estes elementos, levemos também em conta que na capela de São João de Távora, que era a sede da comenda do mesmo nome, existe uma epígrafe que, indicando o ano de 1294, poderá corresponder «a alguma reforma arquitectónica do templo» (Barroca, 2000, vol. II, tomo I, n.º 429: 1108-1009). À parte a estranheza que esta informação possa causar, podemos estar perante uma reforma encomendada por Afonso Esteves, começada até por algum dos comendadores que o precederam. Em concordância com esta ideia, num estudo já antigo referente a este monumento apontam-se, por diversas vezes, semelhanças entre alguns elementos decorativos visíveis na ermida tavorense e na igreja de Barrô (Resende) (Pereira, 1925-1926: 4 (nota 1), 5 e 9). Esta última havia de ser o núcleo da comenda de Barrô, que, como vimos, Afonso Esteves teve também a seu cargo. Assim sendo, quase instantaneamente, intuímos que esta relação entre os

28 Silva, 2001, doc. 83 (193): 196: «ego domna Orraca Fernandi de consensu domni Stephani Ermigiz de Teixeyra mariti mei».

29 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 226: «Sanctus Petrus de Arouca ij. casalia». Note-se que esta paróquia acabou por integrar-se na atual freguesia de Portela das Cabras (Vila Verde). Ver COSTA, 1959: 157-58.

30 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 227.

31 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1258: 406.

32 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1258: 405. Tenha-se em atenção que Santa Cruz do Lima, cujo padroeiro é Santo André, limita com Beiral. Esta referência pode, por tanto, reportar-se a um dos cinco casais detidos pelo mosteiro de Arouca nesta última localidade.

33 Em Goães, paróquia que absorveu a de Santo Tirso, alude-se em 1288 ao «herdamento que a nome A Par do Spital de Maria Steveez». Se interpretarmos este trecho como «herdamento que... [chamam] A Par do Spital [que é] de Maria Steveez» (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 305), estaremos perante Maria Esteves da Teixeira? Se sim, nesta data era já monja em Arouca (RÉPAS, 2003: 210-212), logo, a partilha de bens maternos tinha sido já feita.

34 Retomando a nota anterior, podemos intuir que Afonso Esteves da Teixeira recebeu, por via materna, os bens de Beiral e Maria Esteves os bens em torno de Santo Tirso da Portela? Se bem que dita «Maria Steveez» pode reportar-se a outra personagem, certo é que já em 1220 se apontam ao Hospital bens, rendas e abusos senhoriais em Goães e Santo Tirso (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 225-226).

programas decorativos utilizados nos dois monumentos religiosos é tudo menos fortuita. Em todo o caso, este apontamento não passa, pelo menos para já, de uma hipótese tanto curiosa quanto pertinente.

Em função de tudo o que dissemos, reiteramos novamente que Afonso Esteves há-de ter assumido a comenda de Távora, e quem sabe a de Barrô, em finais do século XIII e/ou inícios do seguinte³⁵.

2. Aspetos sociológicos

Como já tivemos oportunidade de referir, tanto Gonçalo Pires de Pereira como Afonso Esteves da Teixeira pertenciam ao meio aristocrático, provindo de linhagens conhecidas. Linhagens, aliás, que partilhavam alguns aspetos em comum. Ambas eram ramificações de famílias que, no passado, haviam gozado de grande poder e prestígio. Com efeito, os Pereira eram um desdobramento dos de Trava/Trastâmara (Pizarro, 1997, III, genealogias 4.16; 4.16.1 e 4.16.2) e os Teixeira procediam de Mem Viegas de Lanhoso (Pizarro, 1997, III, genealogia 4.10.2). Além do mais, através de alianças matrimoniais importantes, tanto uns como os outros estavam aparentados com outros apelidos de alta estirpe. A título de exemplo, aduzamos o facto de Mem Viegas de Lanhoso ser filho de uma Sousa e de ter casado com Teresa Pires de Baião (Pizarro, 1997, III, genealogias 4.10 e 4.10.1). Do mesmo modo, o primeiro Pereira – Rui Gonçalves, avô de Gonçalo Pires – era filho de Fruilhe Afonso de Celanova e enteado de Urraca Viegas de Riba Douro (Pizarro, 1997, III, genealogias 4.16 e 4.16.1).

Após um período menos abonatório, que coincide sensivelmente com o século XIII, os Pereira voltam à cena política portuguesa e internacional na centúria seguinte³⁶. Como alavanca deste fenómeno pode-se apontar a ‘carreira’ de Gonçalo Pires de Pereira no seio da Ordem de São João de Jerusalém. Sob a égide deste indivíduo, e tendo-o como modelo, começa uma verdadeira tradição familiar em relação a esta instituição. Tradição essa que, ao mesmo tempo, não deixa de ser um meio de encetar e consolidar uma ascensão social e que transitará, por arrasto, para outras linhagens com quem os Pereira teceram laços de parentesco³⁷.

Neste contexto, entre 1277 e 1288 surge um Pereira – Rui Pires – como comendador de Chavão³⁸, quem sabe por intercessão de Gonçalo Pires, seu irmão. Note-se que a comenda de Chavão, localizada entre os vales do Cávado e do Ave, exerceria a sua tutela administrativa sobre as terras que compunham o núcleo original da influência dos Pereira, com destaque para a Terra de Vermoim³⁹. Embora a Linhagem tenha diversificado os seus interesses em termos geográficos ao longo de Duzentos (Costa, 2015: 45), ainda assim não deixou de os incrementar em torno da comenda de Chavão. Como prova citemos a aquisição de bens, por compra e por doação, efetuada por Gonçalo Pires em data indeterminada⁴⁰. Não obstante, todos estes bens e outros que

35 Para mais, atendendo a que, a 13/07/1288 deparamos com «Ruy González, comendador de Burros», e que esta designação possa equivaler a Barrô, Afonso Esteves apenas seria investido nesta comenda mais tarde (García Tato, 2004, doc. 97: 195-196).

36 Em relação aos Pereira, citemos a seguinte passagem: «os Pereira também não ‘suportaram’ a passagem do século XII para o séc. XIII) a partir de 1183 teremos que aguardar muitos anos para voltarmos a encontrar um Pereira na corte» (Pizarro, 1997, II: 885).

37 A ligação de diversos membros do ramo masculino ao Hospital, e outras Ordens Militares, encontra um paralelismo com «a tradição de família que consistia em conduzir para o mosteiro de Arouca os elementos excedentários femininos». Tradição seguida pelos Pereira e pelas famílias com eles relacionadas. Citemos Maria Pires, Teresa Gonçalves, Inês Pires Homem e Fruilhe Anes Redondo (respetivamente, irmã, filha e sobrinhas de Gonçalo Pires Pereira); duas Teixeira: Leonor e Maria Esteves (Rêpas, 2003: 55, 177, 190-192, 210-212), mas também uma Pimentel (Sousa, 2000: 189, 193-194).

38 Pizarro, 1997, II: 892. Também um sobrinho de ambos – Afonso Martins – será freire de uma Ordem Militar, neste caso a de Cristo.

39 Costa, 2015: 45. Veja-se também o mapa apresentado em Costa, 2013a: 73, comenda de Chavão.

40 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 60 (Chavão), n.º XXX: «En como Martim Perez dito Ervilho e sa mulher derom a Gonçalo Perez Pereira em terra de faria... e em vermui e em pereira e en seus termos»; item 62 (Chavão), n.º XXV: «Venda que fez Martim Perez ervilho a Gonçalo Perez Pereira...» Este Martim Peres há-de ser pai ou filho de Pero Martins de Ervilhão, casado com Elvira Pires de Pereira, logo cunhado de Gonçalo Pires (Pizarro, 1997, III, genealogia 4.16.2).

grangeara ao longo da vida seriam entregues a «Sant Johan d’Acre», isto é, ao Hospital. Assim se depreende do seu testamento, lavrado a 21 de fevereiro de 1286 em terras transmontanas. Nele, apresentando-se como comendador de Límia, Toronho, Távora e Faia, faz doação «de bon cor e de bona voluntad» de todos os seus pertences em Portugal, Castela, Leão e Galiza, tanto os que herdara, como os que obtivera por «ganadia, e de comprada» etc. (García Tato, 2004, doc. 93: 191-192).

Curiosamente é no âmbito destas comendas que assumiu no fim da vida que se intui uma maior interferência de Gonçalo Pires na relação de alguns parentes com o Hospital. Assim, num documento datado de 22 de janeiro de 1287, deparamos com «Frey Afonso Pérez Pereira, comendador das cousas do espital enas [sic] bailía de Ribadavia» (García Tato, 2004, doc. 94: 192). Embora não possuamos outros dados sobre este indivíduo⁴¹, e tenhamos de admitir uma possível gralha, sublinhe-se a importância que a região de Ribadavia teria como «eixo articulador das relações sociais existentes entre Toronho e Limia» (Ferreira, 2016: 32). O facto de Gonçalo Pires surgir, um ano antes, a exercer a sua influência como comendador sobre estas duas últimas áreas galegas, não terá sido uma mera coincidência.

De igual modo, consideremos agora um outro caso. Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa, é sob a orientação dos Pereira que os Pimentéis começam a interessar-se pelo Hospital⁴². O principal exemplo disso é encarnado pelo meio-irmão da primeira mulher de Gonçalo Pires de Pereira – Estêvão Vasques Pimentel (Sousa, 2000: 152; Ferreira, 2016: 554). Este ingressa na Ordem por volta de 1294, possivelmente ainda em vida do seu ‘pseudo-cunhado’, ascendendo ao priorado entre 1306 e 1336⁴³. Porém, antes disso, Estêvão Vasques assume as funções de comendador da Faia⁴⁴. A partir desta informação podemos apenas deduzir que Gonçalo Pires talvez o tenha indicado como seu sucessor à frente desta comenda ou que lhe possa ter transmitido o cargo. À falta de provas que o comprovem, certo é que a reboque dos laços de parentesco que uniam estes dois homens, o peso da influência de Gonçalo Pires neste assunto é quase inequívoco.

Aliás, no que à comenda de Távora diz respeito, acontece algo de muito semelhante. Recordemos que dois familiares deste último personagem se aliam através do matrimónio com os Teixeira. Sua irmã Ouroana contraíra segundas núpcias com Lopo Hermiges da Teixeira e seu pai – Pero Rodrigues de Pereira – casara, também pela segunda vez, com Estevaínha Hermiges da Teixeira. Desta feita, Afonso Esteves da Teixeira, sobrinho dos dois Teixeira sobreditos, estava aparentado com Gonçalo Pires, se bem que em segundo ou terceiro grau (Pizarro, 1997, III, genealogias 4.10.2 e 4.16.2). Assim, na hora em que Afonso assume as funções de comendador de Távora é possível que o faça sucedendo a seu parente, ou na sequência desse mesmo parentesco.

Voltemos, entretanto, a Estêvão Vasques Pimentel. Se a sua trajetória nas altas esferas da Ordem de São João não resultou de um favorecimento aparente, quando não real, da parte de Gonçalo Pires de Pereira, certo é que a sua ligação ao mesmo jogou um papel imprescindível. No entanto, não podemos deixar de realçar uma espécie de retribuição da sua parte em favor de um neto de Gonçalo Pires.

41 De facto, não encontramos nada acerca deste Afonso Pires em nenhuma das obras de referência que vimos utilizando, isto é, Pizarro, 1997 e Ferreira, 2016.

42 «A protecção dos Pereira e a sua ligação ao Hospital estão, pois, na origem dos elos entre os Pimentéis e esta milícia, explicando, em grande parte, os vários casos de membros da família que se fazem cavaleiros-monges de S. João» (Sousa, 2000: 152).

43 Sousa, 2000: 155. A morte de Gonçalo Pires terá ocorrido antes de 1298 (Ferreira, 2016: 554).

44 Sousa, 2000: 155: «Em data desconhecida mas ainda antes de 1306, na sua qualidade de comendador da Faia, porventura a primeira comenda que recebeu...»

Assim sendo, vejamos as seguintes palavras de Bernardo Vasconcelos e Sousa:

Estêvão Vasques prepara com igual cuidado as condições para garantir a sucessão no cargo de prior por parte de alguém que lhe fosse próximo. Ora o parentesco existente entre os Pimentéis e os Pereiras e o sistema de solidariedades dele derivados tinham levado Estêvão Vasques a aceitar na Ordem e a colocar sob sua protecção directa o sobrinho-neto Álvaro Gonçalves Pereira...⁴⁵

Acerca de Álvaro Gonçalves recorramos às palavras de Paula Pinto Costa:

Fr. Álvaro era neto paterno de Gonçalo Pires Pereira e da sua primeira mulher, Urraca Vasques Pimentel, e filho (ilegítimo) de Gonçalo Gonçalves Pereira e de Teresa Pires Vilarinho. O seu pai teve uma carreira eclesiástica muito relevante, tendo chegado a arcebispo de Braga (1326-1348), depois de ter sido prior da igreja de S. Nicolau da Feira, cónego de Tui, deão do Porto, bispo de Lisboa e coadjutor do próprio arcebispo de Braga (Costa, 2015: 46).

Da informação acima transcrita, salientemos a dignidade eclesiástica referente à Sé de Tui. É certamente «por força da influência paterna» (Ferreira, 2016: 555-556) como comendador de Távora e de Toronho, que esta benesse é atribuída a Gonçalo Gonçalves no início da sua carreira. Embora fora do âmbito da Ordem de São João, este caso em particular não seria possível sem o prestígio e poder de que o ex-grão comendador das Espanhas usufruía.

Embora devamos salvaguardar as motivações pessoais de pendor ideológico ou de fervor religioso de cada um dos indivíduos que fomos mencionando há uma ideia clara e evidente a reter. A relação com o Hospital, no caso dos Pereira e da sua rede de clientelas e solidariedades, não marca apenas o início da sua ascensão social. Em vez disso, constitui um meio de concretizá-la e consolidá-la, servindo-lhe de amparo e fazendo parte de um longo processo. O auge será atingido no século XIV e não se pode dissociar da figura de Álvaro Gonçalves Pereira, do mesmo modo que não se pode ignorar o ascendente da figura de seu avô paterno na 'refundação' da própria linhagem⁴⁶.

Quanto a Rui Martins – o primeiro comendador abordado – não possuímos dados que nos assegurem as suas origens sociais. Mesmo que tivesse origem fidalga, proviria de algum estrato inferior, quem sabe por via de bastardia, dado o simples uso do patronímico e a ausência de qualquer outro apelido distintivo.

Apesar disto, de acordo com as inquirições dionisinas de 1288 sabemos que este indivíduo teria raízes alto-minhotas, visto que na freguesia de Asias, mais propriamente «no cassal que chama [sic] de Bila criaram hi dom Ruy Martinz que foy freyre do Espital»⁴⁷. Este informe, além de evidenciar o passamento do visado e de situar parte da sua infância no seio da Terra da Nóbrega⁴⁸, vai de encontro ao «facto de os membros das comendas, incluindo os seus comendadores, serem geralmente locais que se incorporavam numa comenda hospitalária próxima dos seus lugares de origem»⁴⁹. Curiosamente, nas proximidades de Asias estava situada a sede da

45 Sousa, 2000: 167-168. É curioso realçar que Álvaro Gonçalves foi também comendador da Faia.

46 Sobre Álvaro Gonçalves Pereira, com respeito aos aspetos que vimos descrevendo, ver Costa, 2015.

47 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 292.

48 Esta corresponde atualmente, *grasso modo*, ao concelho de Ponte da Barca.

49 Costa; Bronstein; Pelletierí, 2013: 39. De facto, a distância que separa Asias/Aboim de Távora é bastante curta, sendo possível avistar esta última, estando na primeira e vice-versa.

mais antiga comenda hospitalária conhecida em Portugal⁵⁰, quem sabe relacionada *ab initio* com o castelo da Nóbrega, que se erguia sobre esta localidade, na vizinha paróquia de Sampriz. Posto isto, Rui Martins deve ter contactado com os hospitalários desde a mais tenra idade, não só por via do que acabamos de referir, mas porque os freires eram senhores de bens e rendas em diversas paróquias da Nóbrega, inclusive em Asias⁵¹.

Em 1258, as testemunhas ouvidas nesta última localidade referem que «Roy Martiniz comendador comparou erdade foreira dos erdadores de Vila, et ergeu inde o foro que non serve al Rey»⁵². Este ato, que se deve aos laços afetivos com o lugar de sua criação ou a um ato de alargamento da sua riqueza e influência pessoais, encontra-se bem documentado em dois sumários do *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, relativos à comenda de Aboim⁵³. O seu teor é o seguinte:

Venda que fez Martim[?] Perez e sa mulher e seus filhos a roi martinz d'erdade que aviam no logar que dizem vila asso monte alto» e «Venda que fez moninho[?] peres [irmão do anterior?] a Roi martinz d'er / dade que he en santa assia hu dizem vila so monte outeiro alto»⁵⁴.

Ainda na Terra da Nóbrega, e nas cercanias de Asias, o relato das inquirições de 1288 informa-nos que em São João de Vila Chã «no casal de Ermello que chamam do Paaço criaram hi filha de Ruy Martinz comendador de Tavora»⁵⁵. Para lá de nos darem a conhecer que este comendador deixou descendência, embora não saibamos se esta vingou ou não, estas palavras vêm inseridas numa vasta denúncia de casos de amádigo. Com efeito, imediatamente após o excerto que introduzimos, aduzem as testemunhas o seguinte: «E destes logares todos de susso dictos soyam peytar voz e coymha e hiam aa nadua e per razom destas crianças fizeram ende honrras e nom dam ende ne'migalha a El Rey de quanto lhe soyam dar e esto foy de tempo del Rey dom Sancho tyo deste Rey.»⁵⁶

Em função destes dados, sabemos que Rui Martins teve uma filha que era criança no reinado de D. Sancho II. Por conseguinte, este pormenor permite-nos estabelecer no primeiro quartel do século XIII, pelo menos, a 'mocidade' do próprio comendador. Além disso, se esta criança não fosse sua filha natural, mas sim legítima ou bastarda, então o comendador fora casado, e tê-la-ia tido, provavelmente, antes de ingressar na Ordem do Hospital.

Seja como for, o facto de este episódio dar azo a uma situação de amádigo é o que realmente nos interessa, pois tais situações atestam, geralmente, a fidalguia dos seus progenitores. Neste caso em particular, sendo a mãe omitida, a fidalguia haveria de provir da parte paterna. Todavia, esta situação pode estar relacionada com a influência e poder que o comendador detinha no âmbito local. De facto, nem o

50 Costa, 2009: 15: «Assim, a primeira referência a um comendador em Portugal data de 1146 e reporta-se a Aboim (Braga)».

51 A título de exemplo, para um panorama geral, permitido pelas inquirições de 1220, veja-se COELHO, 1990: 178.

52 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1258: 414.

53 Toda a Terra da Nóbrega (Asias incluída) estaria inserida na área de influência da comenda de Aboim. Entretanto «a legislação interna desta instituição [leia-se, o Hospital] obrigava a que os bens de raiz que tivessem pertencido a um freire já falecido... bem como aqueles que ele tivesse adquirido, fossem aplicados à comenda mais próxima» (Costa, 2009: 19). Daí que os bens comprados por Rui Martins no dito lugar de Vila passassem à comenda de Aboim que, por isso, guardou registos do 'negócio'.

54 TT – *Livro dos herdamentos...*, item 70 (Aboim), n.º IX e n.º XVIII: «santa assia» corresponderá a Asias e «monte outeiro alto» deve referir-se ao monte de Ventoselo onde se erguia o castelo da Nóbrega, com amplas vistas sobre o vale do Lima. O topónimo «vila» fica junto dos atuais lugares de Cartão e Caçapedro, onde em 1220 o Hospital figurava com bens (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 117). Além disso, estes ficam a cerca de uma hora de caminho do dito monte e a pouco mais de hora e meia do centro de Aboim da Nóbrega

55 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 288.

56 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 288.

título de 'Dom' que por vezes lhe vem associado pode ser considerado sinal de nobreza⁵⁷, nem podemos esquecer que um freire hospitalário era um membro do Clero, logo isento e privilegiado⁵⁸. Além do mais, note-se que a sentença relativa aos ditos casos delatados na inquirição dionisina tão-pouco é concludente, já que diz: «Escusen-se se os criados doron [sic, leia-se, foram] lidymos e filhos d'algo»⁵⁹.

Não obstante as nossas dúvidas, admitindo que Rui Martins pertencia ao grupo aristocrático, a questão é saber se poderemos integrá-lo em alguma linhagem regional conhecida. Uma ligação entre a sua criação na Terra da Nóbrega e a linhagem deste nome assume um carácter meramente hipotético. É verdade que os da Nóbrega mantiveram desde cedo uma relação importante com o Hospital, nomeadamente, na pessoa de Ourigo Ourigues o Velho e de seu neto, D. João Peres de Aboim. O primeiro, além de efetuar o escambo pelo qual a Ordem de São João obteve o padroado (parcial ou integral) da igreja de Aboim (Silva, 2016: 77-78), parece ter sido ator e cúmplice de alguns abusos, nomeadamente em Asias com o abade de Ermelo⁶⁰. O segundo, tendo sido também, curiosamente, criado em Asias (Oliveira, 1994: 359), manteria uma ligação importante com o Hospital ao longo da sua vida, chegando a ser seu confrere (Costa, 2013b: 211).

Diante desta coincidência de Rui Martins e D. João Peres terem sido criados na mesma paróquia, poderíamos supor um ligação familiar. Porém, a ser isto certo, Rui, face ao seu patronímico, apenas poderia ser filho de Martim Ourigues, logo, primo de D. João Peres de Aboim. Que Martim Ourigues teve uma quinta em São João de Vila Chã – freguesia onde foi criada a filha de Rui Martins – é um dado comprovado (Ferreira, 2016: 695), mas que fosse pai do comendador de Távora, nem por isso⁶¹. E caso o fosse, Rui Martins havia de ser seu filho natural. No entanto, estas ilações não passam disso mesmo, e nem mesmo a criação da filha do comendador num casal de Ermelo pode ter algo que ver com o ato abusivo perpetrado por Ourigo Ourigues o Velho e o abade de Ermelo vários anos antes⁶². Pelo contrário, quem sabe se Rui Martins não foi encaminhado, primeiramente, para a vida religiosa no dito mosteiro, tendo depois preferido a instituição em favor da Ordem de São João de Jerusalém. O contacto quer com a Ordem, quer com Ermelo, inclusive durante a infância, foi já evidenciado ao longo destas linhas.

Posto isto, podemos apenas constatar que Rui Martins era contemporâneo e conterrâneo de diversos personagens com raízes alto-minhotas que, durante o reinado do *Bolonhês*, assumiriam os mais altos cargos, nomeadamente Estêvão Anes, Pero Ourigues da Nóbrega e seu filho D. João Peres de Aboim, entre outros. Esta situação resultou dos laços afetivos que D. Afonso III, enquanto infante, manteve com estes indivíduos e, durante a meninice e juventude, com o Alto-Minho, visto que talvez tenha sido criado no atual concelho de Arcos de Valdevez (Ventura, 2006: 41-42). Em última instância, o próprio D. Afonso e Rui Martins, à luz desta informação, podem ter-se conhecido por essa altura.

57 Aparece como tal, somente em 1258 (Reis, 1998: 123), 1261 (Domingues, 2014: 64) e 1288 quando as testemunhas em Asias atestam a sua criação na freguesia (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 292).

58 Ainda neste contexto, convém recordar os diversos privilégios que os primeiros monarcas portugueses concederam ao Hospital, nomeadamente aqueles que incidiam sobre os seus membros, abrangendo tanto os altos dignitários como os simples trabalhadores de herdades pertencentes à Ordem. E visto que falamos de uma Ordem Militar, e em concreto de um cargo com alguma relevância hierárquica, não se olvide que uma boa parte destes religiosos (hospitalários, templários e afins), sendo membros do Clero, detinham um estatuto equiparado ao de cavaleiro, bem como uma formação a condizer.

59 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1288: 290.

60 Em 1220 as testemunhas referem uma apropriação individa, por parte deste indivíduo, do «*monte de Regalengo de Paacioo*», bem como uma ação semelhante, efetuada pelo abade de Ermelo. Ambos os casos tiveram lugar no reinado de D. Sancho I. Entretanto, e apesar de uma suposta intervenção régia «*venit ipse abbas et filiavit illum et incartavit eum cum Oorigo Ooriguiz ut haberet totum cum Monasterio per medium...*» (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 37).

61 Todavia, em 1220 surge na freguesia de Asias, como testemunha e por duas vezes um tal de «*Martinus Ooriguiz*». Do mesmo modo e na mesma data e local vem referido «*Martinus Roderici Maiordomus est de eiras*». Pelo nome e patronímico, não se descarte uma eventual filiação de Rui Martins neste homem, que deste modo, perpetuava um nome de família – Rodrigo ou Rui (*Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1220: 37 e 117).

62 Veja-se a nota n.º 60.

Em função destes argumentos, aquando da guerra civil de 1245-1247 é possível que Rui Martins fosse adepto de D. Afonso III. Neste contexto deve ser enquadrada uma cantiga de escárnio e maldizer «que representa o caso de vilipêndio mais explícito e directo dirigido aos membros da Ordem do Hospital nos cancioneiros galego-portugueses» (González Martínez, 2014: 168). Nela se alude à pessoa do Prior da Ordem, a quem se atribui a «escasseza» (avareza) por defeito, além de dois comendadores, a saber, Rui Martins e Rui Gil. Este último é criticado devido a um comportamento algo luxurioso e o primeiro pela sua falsidade (González Martínez, 2014: 168). A autoria da composição cabe a Vasco Gil de Soverosa e Pero Martins⁶³ e «datará do período em que Vasco Gil terá permanecido na Corte castelhana (1248-1258)»⁶⁴.

A identificação deste Rui Martins com o comendador de Távora que abordamos neste estudo foi já sugerida por António Resende de Oliveira, embora se possa tratar de um outro homónimo que foi comendador de Santarém (Oliveira, 1994: 421). Contudo, em nosso entendimento, não restam muitas dúvidas de que estamos perante o comendador de Távora. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, a cronologia em que parece ter sido escrita a composição coincide com o período no qual Rui Martins está a cargo da dita comenda. Em segundo lugar, Rui Gil terá sido comendador de Aboim antes de 1233 (Pereira, 1925-1926: 18). Por outras palavras, ele e Rui Martins, que fora criado nas proximidades dessa comenda, conhecer-se-iam certamente. Além disso, em 1251, depois de ter sido Prior do Hospital por dez anos (González Martínez, 2014: 169) e de ter confirmado diplomas régios (Rocha, 2013: 114), Rui Gil, a não se tratar de um homónimo, aparece na documentação espanhola como comendador de Límia e Salamanca (García Tato, 2004, doc. 77: 176-177). Ora, como já vimos, o território da comenda de Límia era vizinho do de Távora, cuja comenda, por esta altura, Rui Martins tinha a seu cargo.

Entretanto, a falsidade que é atribuída a Rui Martins na cantiga mencionada tanto pode ser interpretada no contexto da guerra civil de 1245-1247, denunciando assim um apoio declarado ao conde de Bolonha, como num outro momento anterior (González Martínez, 2014: 169). Em alternativa, as razões que levam um dos interlocutores a reprovar o 'nosso' comendador podem assumir um cunho mais pessoal. Esta última inferência depreende-se do trecho «e meus preitos talhei / con frei Rodrig'e mentiu-mi-os» (González Martínez, 2014: 169). Ao que parece, Rui Martins (ou «frei Rodrig'») teria faltado à sua palavra em algum acordo, pacto ou negócio com Pero Martins. Tendo em conta o patronímico comum entre ambos, estaremos perante alguma quezília familiar? Não o podemos afirmar de todo.

Rui Martins terá sido, sem sombra de dúvidas, um valioso apoiante de D. Afonso III como se evidencia nos primeiros documentos em que deparamos com a sua presença. No primeiro, datado de fevereiro de 1250, testemunha a doação régia do castelo de Porches (Algarve) a Estêvão Anes, colaço do monarca. Num grupo de onze indivíduos, é em quarto lugar, logo após o Mestre de Avis e os Piores do Hospital e de Santiago em Portugal que surge «Rodericus Martini comendator de Tavera» (Ventura; Oliveira, liv. I, vol. 2, doc. 466: 63-64). Esta proeminência decerto não tem nada a ver com a influência ou pujança da comenda de Távora, mas com a importância e apoio político do seu comendador (que com toda a probabilidade participou no termo da Reconquista portuguesa), talvez devido a uma relação de confiança e amizade que poderia remontar aos tempos pueris do *Bolonhês*. Um ano depois, a 24 de janeiro de 1251, Rui Martins confirma também «o primeiro acto régio... válido para todo o reino [...] [onde se] põe em guarda os que perturbam o reino com assuadas e que

63 Ambos os personagens se relacionaram com o Hospital, nomeadamente Pero Martins pois, ao que parece, também ele era hospitalário (Oliveira, 1994: 436-437).

64 Neto, 2016: 235. Note-se que a cantiga em apreço vem, por exemplo, reproduzida em González Martínez, 2014: 168-169.

ousam opor a força particular à pública» (Ventura, 2006: 99 e 96-102). Desta vez, o comendador em apreço surge em 11.º lugar, embora num grupo de trinta e três testemunhas (Ventura; Oliveira, liv. I, vol. 1, doc. 19: 30-32), o que vem realçar, uma vez mais, a influência que deteria.

Em face do exposto, ousaremos apresentar uma outra conjetura que, a ser provada um dia, pode inserir Rui Martins no seio de uma família fidalga algo obscura e desconhecida. Seria o comendador em apreço irmão de Marinha Martins, ama do futuro D. Afonso III? Esta hipótese arrojada tem por fundamento diversos aspetos que registaremos. À parte a partilha do mesmo patronímico – Martins⁶⁵ – e da proximidade geográfica de Asias (onde Rui Martins foi criado⁶⁶) e a Terra de Valdevez (onde Marinha e João Garcia terão criado o então infante D. Afonso), retomemos o primeiro documento em que Rui Martins nos surge como comendador, ou seja, a doação do castelo de Porches a Estêvão Anes. Tendo em consideração o caráter tão pessoal e restrito da doação em causa, será que Rui Martins não surge como confirmante porque era tio do beneficiado⁶⁷?

Ainda na senda deste raciocínio, retomemos a relação do comendador com o mosteiro de Ermelo. Relembremos também a criação de D. Afonso III por Marinha Martins e João Garcia, ocorrida talvez na quintã de Vilarinho (Ventura, 2006: 42). Feito isto, note-se que a dita quintã se situava na freguesia de São Salvador dos Arcos que corresponderá atualmente a São Pedro do Vale. Esta, desde os alvares da Monarquia portuguesa, fora coutada por D. Afonso Henriques, por coincidência, ao mosteiro de Ermelo⁶⁸.

Infelizmente, visto que não podemos provar nem uma ligação à linhagem dos da Nóbrega, nem uma ligação aos «nutritores» do Bolonhês ou a qualquer outra família, resta-nos concluir que as origens sociais de Rui Martins permanecem uma incógnita embrenhada na obscuridade.

Conclusões

Devido à sua inserção no Norte senhorial – onde rareavam os centros urbanos e os que existiam eram de pequena dimensão – a comenda de Távora, com base nos comendadores que para ela conhecemos, parece ter sido palco de uma aristocratização precoce. Com efeito, quer Gonçalo Peres Pereira quer Afonso Esteves eram membros da aristocracia e Rui Martins é possível que o fosse também, facto que, por ora, não podemos confirmar com toda a segurança.

Em função das informações reunidas, é muito pouco aquilo que podemos entrever acerca do procedimento dos três indivíduos com que deparámos enquanto comendadores de Távora. Ainda assim, os dados que fomos interpretando permitem-nos intuir que a comenda em análise não escapava ao importante papel que as relações pessoais detinham na Idade Média. Referimo-nos, cautelosamente, ao apoio que Rui Martins parece ter oferecido ao *Bolonhês* e, em concreto, ao parentesco existente entre Gonçalo Pires de Pereira e Afonso Esteves da Teixeira, facto que não deve considerar-se isento de algum tipo de clientelismo ou favoritismo.

65 Marinha Martins aparece também ela desprovida de qualquer outro apelido, embora o seu patronímico seja dos mais comuns para esta cronologia.

66 Note-se que criação de uma criança numa outra família (e localidade) que não a de nascimento constitui, geralmente, indício de um costume feudal típico da Nobreza, dando azo ao amálgamo quando os 'criadores' não eram da mesma condição.

67 Após a escrita e entrega deste trabalho, descobrimos uma outra referência a Rui Martins que em pouco vem alterar o que deixamos escrito atrás, mas que parece ir de encontro a esta ligação com o chanceler Estêvão Anes. Assim sendo, em fevereiro de 1261, em Guimarães, surge «Rodericum Martini comandatorem» como testemunha de um acordo entre o dito chanceler e um seu cunhado. Embora não se aluda a Rui Martins como tio de D. Estêvão, ambas as personagens aparentam um contato próximo e surgem num contexto de querela familiar. Veja-se Ventura; Matos, doc. 356: 365-366.

68 *Portugaliae Monumenta Historica* – Inq. 1258: 388-389: «Item, que é Couto per padroes, et que o couto Rey don Alfonso o primeiro (et aqui seive primeiramente o moesteiro d'Armelo, et dixerunt que aqui o couto elRey don Alfonso I.º, et o abbade et os frates sacarom no d'aqui et poserom no in aquel logar que chamam Armelo».

Por fim, e não obstante tudo o que fomos indicando e conjeturando, além do pouco que se sabe a seu respeito para tempos tão recuados, verifica-se que em plena Idade Média a comenda de Távora surge relacionada com outras congéneres, inclusive galegas, situação que prosseguirá com o passar dos séculos.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (TT) – Cartório do Bailiado de Leça, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*. Disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4499674>>

Fontes impressas

ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (coord.), 2000 – *Valdevez Medieval. Documentos I. 950-1299*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal.

BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 3 volumes., 4 tomos.

GARCÍA TATO, Isidro, 2004 – *Las encomiendas gallegas de la Orden militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*, Tomo I: *Época Medieval*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».

GARCÍA TATO, Isidro; ÁLVAREZ ÁLVAREZ, Eleutino, 2010 – *Las encomiendas gallegas de la Orden de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*. Tomo II-I: *La Encomienda de Quiroga*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, 1873 – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias*, 1.º fasc. (A – BUS). Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones, vol. I, fascículos I, II e III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. Disponível em <<http://purl.pt/12270/4/>>

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones, Nova Série, vol. IV: *Inquirições gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291* (ed. de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

SILVA, Filomeno Amaro Soares da, 2001 – *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de, 2006 – *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2 volumes.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha, 2010 – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: I.E.M/C.H.S.C./Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bibliografia

- BARQUERO GOÑI, Carlos; FONSECA, Luís Adão da (trad.), 2013 – “A organização das Comendas na Península Ibérica”. *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, n.º 17, p. 62-69.
- COELHO, M.^a Helena da Cruz, 1990 – *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1959 – *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 2 volumes.
- COSTA, Paula Pinto, 2009 – “As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos”. *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Porto: CEPESE/Livraria Civilização, n.º 11, p. 9-24.
- COSTA, Paula Pinto; BRONSTEIN, Judith; PELLETIERI, Antonella, 2013 – “Relações entre a cabeça da Ordem e as Comendas”. *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, n.º 17, p. 37-46.
- COSTA, Paula Pinto, 2013a – “A organização das Comendas na Península Ibérica”. *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, n.º 17, p. 70-78.
- COSTA, Paula Pinto, 2013b – “História da Comenda”. *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, n.º 17, p. 207-234.
- COSTA, Paula Pinto, 2015 – “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”. *População e Sociedade*. N.º 23, p. 45-61.
- DOMINGUES, José, 2014 – *Os Limites da Freguesia de Lamas de Mouro e os Caminhos da (in)Justiça*. S.l.: Edição do Autor.
- FERREIRA, João Paulo Martins, 2016 – *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Déborah, 2014 – “A Ordem do Hospital nas cantigas galego-portuguesas”. *Estudis Romànics*. N.º 38, p. 165-183.
- JOSSERAND, Philippe, 1999 – “La figure du commandateur dans les prieurés castillans et léonais du Temple et de l'Hôpital: un approche prosopographique (fin Xlle-milieu XlVe)”. *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri/C. M. Palmela, p. 149-178.
- NETO, Cláudio, 2016 – “Anónimos e Domésticos. Os freires das Ordens Militares nas contigas dos trovadores”, in Luís Filipe Oliveira (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares (13.º Curso sobre Ordens Militares)*. Lisboa: Edições Colibri, p. 229-246.
- OLIVEIRA, António Resende de, 1994 – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, 2013 – “Em torno da sociologia das Ordens Militares na Idade Média”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIV, p. 59-78.

PEREIRA, Félix Alves, 1925-1926 – “A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez)». *O Archeologo Português*. Vol. XXVII, p. 1-20. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_27/1_ermida_romanica.pdf>.

REIS, António Matos, 1998 – “Os forais antigos de Melgaço, Terra de fronteira”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XV-1, p. 99-128.

RÊPAS, Luís Miguel, 2003 – *Quando a Nobreza Traja de Branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições.

ROCHA, Ana Rita, 2013 – “A Corte de D. Sancho II (1223-1248)”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIV, p. 95-121.

SILVA, Ricardo Barbosa da, 2016 – *As Ordens Militares do Hospital e do Templo no Entre-Cávado-e-Minho nas inquirições de Duzentos*. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, Ricardo Barbosa da, 2017 – “A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora”. *História. Revista da FLUP*. IV série, vol. 7, n.º 2, p. 139-159. Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3401/3120>>.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, 1997 – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto, 3 volumes. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 2000 – *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

VENTURA, Leontina, 2006 – *D. Afonso III. Casais de Mem Martins/Rio de Mouro*: Círculo de Leitores.